RESOLUÇÃO Nº 995/01**DE 21 DE AGOSTO DE 2001.**

Transforma e cria Procuradorias de Justiça com atuação perante as Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das suas atribuições legais, CONSIDERANDO que a Lei nº 2.863, de 12 de dezembro de 1997, criou 39 (trinta e nove) cargos de Procurador de Justiça;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 840, de 12 de abril de 1999, criou 2 (duas) Procuradorias de Justiça com atuação perante os Grupos de Câmaras Cíveis, além de mais 06 (seis) Procuradorias de Justiça para atuação no Tribunal de Justiça, sendo 03 (três) perante a 9ª Câmara Cível e 03 (três) perante a 10ª Câmara Cível;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3404, de 15 de maio de 2000, alterou a Lei nº 2.863, de 12 de dezembro de 1997, permitindo a implantação de 31 (trinta e um) cargos remanescentes de Procurador de Justiça, sem qualquer condicionamento legal;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 960, de 22 de dezembro de 2000, criou 10 (dez) Procuradorias de Justiça na Região Especial de Procuradores de Justiça, além de 2 (duas) Procuradorias de Justiça com atuação perante a Seção Criminal do Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3.607, de 17 de julho de 2001, extinguiu os Grupos de Câmaras Cíveis;

CONSIDERANDO o término do XXIV Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público com a aprovação de 47 (quarenta e sete) candidatos o que, a médio prazo, propiciará a promoção de Promotores de Justiça ao cargo de Procurador de Justiça;

CONSIDERANDO a possibilidade de criação de 19 (dezenove) órgãos de execução para serem ocupados por Procuradores de Justiça;

CONSIDERANDO que, com o preenchimento dos cargos nas Procuradorias de Justiça, em caso de férias e licenças, devem os Procuradores de Justiça substituírem-se reciprocamente;

CONSIDERANDO a insuficiência de Procuradorias de Justiça na Região Especial de Procuradores de Justiça;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de adoção, no âmbito do Ministério Público, de critérios que permitam a distribuição eqüitativa dos processos oriundos do Tribunal de Justiça para manifestação dos Procuradores de Justiça, na forma preconizada no art. 21 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993;

CONSIDERANDO, finalmente, o deliberado pelo Egrégio Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça na reunião realizada em 17 de agosto de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. As 4 (quatro) Procuradorias de Justiça com atuação perante os 1º e 2º, 3º e 4º, 5º e 6º, 7º e 8º Grupos de Câmaras Cíveis ficam transformadas em Procuradorias de Justiça junto às Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º. Ficam criadas 14 (quatorze) Procuradorias de Justiça com atribuição perante as Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça e 5 (cinco) Procuradorias de Justiça na Região Especial de Procuradores de Justiça.

Art. 3º. As Procuradorias de Justiça ora criadas serão preenchidas paulatinamente, observando-se a seguinte escala:

I – as Procuradorias de Justiça com atuação perante as 1ª, 6ª, 7ª, 13ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª Câmaras Cíveis, no mês de outubro de 2001;

II – as demais Procuradorias, na proporção de duas por mês, sendo:

Procuradorias de Justiça com atuação perante as 11ª e 14ª Câmaras Cíveis, em fevereiro de 2002;

Procuradorias de Justiça com atuação perante as 3ª e 12ª Câmaras Cíveis, em março de 2002;

Procuradorias de Justiça com atuação perante as 8ª e 10ª Câmaras Cíveis, em abril de 2002;

2002; Procuradorias de Justiça com atuação perante as 2ª e 9ª Câmaras Cíveis, em maio de

2002; Procuradorias de Justiça com atuação perante as 4ª e 5ª Câmaras Cíveis, em junho de

III - 05 (cinco) Procuradorias de Justiça da Região Especial de Procuradores de Justiça, em agosto de 2002.

Art. 4º. Em razão do disposto no artigo antecedente, a Região Especial dos Procuradores de Justiça passa a contar com 60 (sessenta) Procuradorias de Justiça, numeradas ordinalmente.

Art. 5º. Aos atuais titulares das Procuradorias de Justiça junto aos 1º e 2º, 5º e 6º, 7º e 8º Grupos de Câmaras Cíveis é garantido o exercício de opção por qualquer das Procuradorias de Justiça ora criadas, independentemente de concurso de remoção.

Art. 6º. A contar de 01 de outubro de 2001, os processos oriundos do Tribunal de Justiça serão distribuídos igualmente entre os Procuradores de Justiça com atribuição perante as Câmaras Cíveis, Criminais e Seção Criminal, observando-se, se possível, a natureza dos feitos e o tipo de recurso, sem prejuízo no disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. Cabendo a um Procurador de Justiça número maior de feitos, seja quanto à quantidade ou natureza, proceder-se-á a devida compensação no mês subsequente.

Art. 7º. Na hipótese de concessão de férias em períodos fora dos meses de janeiro e julho ou licença especial, os demais integrantes das Procuradorias de Justiça que atuam perante a Câmara Cível acumularão automaticamente as funções, salvo se houver possibilidade de designação de Procuradores de Justiça lotados na Região Especial.

Art. 8º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 2001.

JOSÉ MUIÑOS PIÑEIRO FILHO
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA